



Tribuna da *Magistratura*

Informativo da Associação Paulista de Magistrados
Ano XXV - Número 258 - janeiro/fevereiro de 2019

MOBILIZAÇÃO POR UMA PREVIDÊNCIA DIGNA

SUPLEMENTO ESPECIAL
O PODER DA RESPONSABILIDADE
EXECUTIVO E LEGISLATIVO
2019/2022 - ESTADO E UNIÃO

NOVIDADES NA COMUNICAÇÃO
APAMAGIS APRIMORA SITE, ABRE
ESTÚDIO, FAZ NEWSLETTER E MAIS AÇÕES

ENCONTRO NACIONAL
AMB E APAMAGIS EM PARCERIA COM
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Doenças típicas no outono e inverno: como prevenir

Outono e inverno são estações nas quais gripes e resfriados são mais recorrentes. Nessa época do ano, vírus e bactérias se proliferam com maior rapidez, o que ocasionam doenças que afetam principalmente as crianças, além de idosos e pessoas com doenças crônicas.

Por causa do frio, a tendência é que as pessoas fiquem em locais fechados por mais tempo, o que favorece a circulação de vírus como o da gripe. Além disso, o tempo pode ficar mais seco, o que também impulsiona certas alergias respiratórias.

A **imunização** é fundamental para prevenir o surgimento de certas doenças. Além disso, é importante manter a casa limpa, livre de poeira e sujeira, para evitar o agravamento de doenças como rinite. Também é necessário fazer a higiene correta, lavando bem as mãos, além de manter-se bem agasalhados nos dias de frio.

Quais são as doenças mais comuns no inverno?

Resfriado

O resfriado é uma infecção viral muito comum nas regiões do nariz e da garganta. Os sintomas clássicos são dor de garganta, coriza, obstrução do nariz, espirros, tosse seca e febre de intensidade variável, geralmente mais alta em crianças com idade inferior a cinco anos. Dependendo do vírus, ocorre também a diarreia.

Gripe

A **gripe tem** sintomas mais intensos e causa variação de temperatura mais abrupta. Coriza, calafrios, dores de cabeça e musculares também são sinais recorrentes, além dos sintomas clássicos como dor de garganta e tosse.

Pneumonia

A **pneumonia é uma doença inflamatória** aguda causada por micro-organismos (vírus, bactérias ou fungos) ou pela inalação de produtos tóxicos que comprometem os espaços aéreos dos pulmões. Os sintomas mais comuns são tosse com secreção (pode haver sangue misturado), febre alta (que pode chegar a 40°C), calafrios e falta de ar ou dor torácica durante a respiração – sintomas que indicam a necessidade de procurar um médico.



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

05 PALAVRA DA PRESIDÊNCIA

06 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

11 ENAJE / FONAJUC

12 NOVA COMUNICAÇÃO

14 TUTORIAL DO SITE

Área do associado

16 ENTREVISTA

Desembargador Artur Marques da Silva Fº

18 ENTREVISTA

Desembargador Geraldo Pinheiro Franco

20 ANO JUDICIÁRIO - abertura

Novos desembargadores

21 ENCONTRO NACIONAL

Aposentados e pensionistas

22 SEGURANÇA

Programa de Identidade Profissional (PIP)

23 FOCAE-SP

24 FUNDO DE RESSARCIMENTO

25 GAJ

Palestra sobre o caso Vale em Brumadinho-MG

26 APAMAGIS EM FOCO

28 TJM

29 ADOÇÃO

30 CIVITAS

32 30 ANOS

33 TURISMO

34 EM BOM PORTUGUÊS

35 ESTANTE JURÍDICA



CAROS ASSOCIADO E ASSOCIADA,

Nesta primeira edição de 2019, a Tribuna da Magistratura traz o assunto que está ameaçando direitos de magistrados da ativa, aposentados e pensionistas: a reforma da Previdência. A reportagem mostra o que a Apamagis e a AMB, e as associações estaduais filiadas a ela, vêm fazendo para esclarecer parlamentares sobre os equívocos da proposta.

Em prol da valorização do serviço público, o Fórum Permanente de Carreiras de Estado (FOCAE-SP) reuniu-se, na primeira atividade deste ano, com o secretário Paulo Dimas, de Justiça e Cidadania do Estado. Eles defenderam um diálogo entre os representantes das carreiras públicas do Estado e o governo de São Paulo.

Referendando compromissos de aproximar o Interior paulista da Capital e de reformular a comunicação para intensificar esse canal, a Apamagis começou o ano lançando em março uma newsletter que chega mensalmente a todos os associados, via whatsapp, e inaugurando um novo espaço, o Estúdio Apamagis, onde são gravadas entrevistas com magistrados e convidados, exibidas no site.

E, por falar em site, está no ar a área do associado, num novo formato, mais fácil de ser navegado. As três ferramentas garantem acesso a uma variedade de notícias sobre a Associação, e que são de grande relevância aos associados.

Para facilitar a navegação, publicamos nessa edição um tutorial que explica como navegar pela nova área.

E por falar em novidade, mostramos uma promoção do site de notícias Jota, especializado nos três Poderes, que está oferecendo seis meses de acesso gratuito ao seu conteúdo aos associados. O diretor de Comunicação explica tudo o que está acontecendo no seu setor.

Para acompanhar a atuação dos integrantes do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Tribuna da Magistratura entrevistou o vice-presidente e o corregedor, respectivamente, Artur Marques da Silva e Geraldo Pinheiro Franco. Marques da Silva destacou em sua entrevista a redução do número de processos em andamento na Câmara Especial, e Pinheiro Franco, visitas a comarcas onde a Corregedoria não esteve nos últimos quatro a seis anos.

Na seção Civitas, a revista relata duas iniciativas admiráveis: a Associação Bom Samaritano, que atua na ressocialização de egressos do sistema prisional, e o projeto “Sua que é Sua”, que permite a crianças e adolescentes de casas de acolhimento participar de provas de atletismo de rua.

E como sugestão de turismo apontamos uma viagem pelos castelos e hotéis da Irlanda, rodeados por belezas naturais e paisagens deslumbrantes, que colecionam lendas e histórias.

BOA LEITURA E ATÉ A PRÓXIMA EDIÇÃO!

EXPEDIENTE

Publicação da Associação Paulista de Magistrados – Apamagis
Ano XXV, nº 258

DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando Figueiredo
Bartoletti – presidente
Vanessa Ribeiro Mateus
– 1ª vice-presidente
Claudio Antonio Soares Levada
– 2ª vice-presidente
Ademir Modesto de Souza
– secretário
Ana Rita Nery
– secretária-adjunta
Ricardo Felício Scaff
– tesoureiro
Homero Maion
– tesoureiro-adjunto
Felipe Albertoni Viaro
– tesoureiro-adjunto

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA

Carolina Nabarro Munhoz Rossi – diretora
Claudio Campos da Silva
– diretor-adjunto

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Fábio Aguiar Munhoz Soares – diretor

SUPERVISÃO EDITORIAL

Fernando Figueiredo Bartoletti

CONSELHO EDITORIAL

Aloisio de Toledo Cesar
Vanessa Ribeiro Mateus
Carolina Nabarro Munhoz Rossi
Fábio Aguiar Munhoz Soares

PROJETO EDITORIAL

Avocar Comunicação

PROJETO GRÁFICO

Tommy Pissini

SECRETARIA DE REDAÇÃO

Guto Gonçalves
Beth Munhoz
Alessandro Soares

EDIÇÃO

Alessandro Soares
Beth Munhoz

REPORTAGENS

Cecília Nascimento
Marcos Burghi
Karin Hetschko

CAPA

Tommy Pissini

REVISÃO

Luciana Arroyo
Beth Munhoz

FOTOS

Alexandre Boiczar (Avocar)
Jessica Boiczar (Avocar)
Karin Hetschko (Avocar)
Assessoria de Imprensa da AMB
Assessoria de Imprensa do TJMSP

ILUSTRAÇÕES

Seri

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Alexandre Germano
Antonio Raphael Silva
Salvador
Edison Aparecido Brandão

ENDEREÇO E CONTATOS

Rua Tabatinguera, 140, sobreloja
CEP 01020-901 – São Paulo-SP
Tel.: (11) 3292-2200
Fax: (11) 3292-2209
Email: apamagis@apamagis.com.br
PRESIDÊNCIA: presidencia@apamagis.com.br
SECRETARIA: secretaria@apamagis.com.br
IMPRENSA: comunicacao@apamagis.com.br
imprensa@apamagis.com.br
CONVÊNIOS: convenios@apamagis.com.br
INFORMÁTICA: info@apamagis.com.br

IMPRESSÃO

Grafilar

TIRAGEM

4.500 exemplares

Facebook  /apamagisoficial

Instagram  @apamagisoficial

Twitter  @apamagis

Tribuna da
Magistratura

www.apamagis.com.br



**VANESSA
RIBEIRO MATEUS**
1ª VICE-PRESIDENTE
DA APAMAGIS

A nova legislatura na Assembleia Legislativa de São Paulo teve início no dia 15 de março e mostra uma grande mudança no legislativo estadual. O índice de renovação das cadeiras foi de 55%, o maior desde 1994.

As mulheres ajudaram nesse cenário, ocupando sete cadeiras a mais do que as 11 da última legislatura. E partidos, antes minoritários, cresceram em sua representatividade.

Como entidade, temos pela frente o desafio de lidar com essa nova configuração e seu jeito de trabalhar. O que permanece em relação à legislatura anterior é nosso compromisso em trabalhar e transmitir diariamente aos parlamentares o papel fundamental do Judiciário para o amplo funcionamento da democracia.



**CLAUDIO ANTONIO
SOARES LEVADA**
2ª VICE-PRESIDENTE
DA APAMAGIS

O Brasil viveu o primeiro trimestre com a expectativa de mudanças na economia e na política. Tivemos anos de recessão marcados por desemprego e sucateamento do serviço público. Neste contexto, surgiu, em 2017, o Fórum das Carreiras de Estado – São Paulo (FOCAE-SP), para valorizar nosso trabalho como patrimônio comum do cidadão.

As entidades que compõem esse grupo, entre elas a Apamagis, têm se empenhado para isso e já se reuniram, inclusive, com o secretário estadual Paulo Dimas, da Justiça e Cidadania.

Este ano temos uma agenda intensa, sobretudo com a pauta premente da reforma da Previdência. Unidos, nossas demandas se fortalecem e nosso espírito público, também.

Mas não nos deixemos enganar com a proposta “ultra-liberal” que aí está. Ajustes são essenciais para que não sejamos prejudicados imensamente em nossos direitos. Negociar é preciso, bem como conscientizar a sociedade da relevância do servidor público em geral e da Magistratura em particular.

PALAVRA DA PRESIDÊNCIA

POR UM FUTURO COM PREVIDÊNCIA DIGNA



FERNANDO BARTOLETTI
PRESIDENTE DA APAMAGIS

Passado o período de recepção ao novo governo federal, a agenda política nos mostra muitos desafios ainda no primeiro semestre. O maior deles é a reforma da Previdência, cuja proposta do governo (PEC 6/19) foi apresentada à Câmara dos Deputados em 20 de fevereiro e segue aguardando apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

A Diretoria Executiva da Apamagis tem participado intensamente de reuniões e ações em São Paulo e em Brasília, junto com a AMB e demais associações regionais, para impedir que mais uma vez atos externos ameacem a Magistratura e, por meio de parte da mídia, influencie a população com propagandas que não correspondem à realidade do servidor público e do serviço público.

Em parceria com representantes das entidades das carreiras de Estado, temos urgência em apontar a complexidade e os equívocos da PEC 6/19, que suprime preceitos constitucionais, garantidos desde 1988, com a promulgação da Carta Magna. As carreiras públicas devem se unir em torno de propostas que alterem essa desconstitucionalização de normas pétreas e evitar que a massa de servidores, de trabalhadores urbanos ou rurais, de aposentados e de pensionistas percam direitos. Pontos da PEC 6/19 sensíveis para o funcionalismo público precisam ser alterados e, para isso, devemos trabalhar juntos em emendas ao texto dos tecnocratas do governo.

A Apamagis já iniciou encontros com outras entidades para elaborar material técnico para os parlamentares, propondo alterações na proposta em forma de emendas. Será encaminhado a um grupo de trabalho nacional, formado por representantes de carreiras de Estado.

É hora de apontar as distorções da reforma da Previdência, camufladas por argumentos arditos, tais como quem ganha mais deve pagar mais ou que servidores são privilegiados. É hora de tornar público cada um dos pontos equivocados da reforma e quais são os verdadeiros fatores do rombo na Previdência e nos orçamentos da União, Estados, DF e municípios.

É hora de nos unirmos em prol de um sistema previdenciário digno, justo, para aprimorar a proposta e anular perspectivas de um futuro perverso, que, com a PEC 6/19, prevê-se, será danoso, especialmente se for fundamentado no regime de capitalização puro, como nossos vizinhos Chile, México e Argentina.



Karin Hetschko

ASSOCIAÇÕES DISCUTEM A PEC 6/19 COM PARLAMENTARES

A intenção é mostrar os pontos sensíveis da reforma, que vem sendo intensamente debatida em reuniões na AMB e na Apamagis



Magistrados esclarecem para a deputada Jandira Feghali (no centro, de vermelho) os pontos mais sensíveis da PEC 6/19; presentes na reunião (da esq. para a dir.) José Laurindo de Souza Netto, vice-presidente do TJPR representando a Amapar; Fernando Bartoletti e Vanessa Mateus, presidente e 1º vice da Apamagis; Leonardo Trigueiro, ex-presidente da Amapi; Jayme de Oliveira e Renata Gil, presidente e vice-presidente institucional da AMB; Ângelo Vettorazzi, coordenador da ENM; José Herval Sampaio, presidente da AMARN; Eduardo Siravegna, presidente da Amamsul; e Frederico Mendes Junior, coordenador de Justiça Estadual da AMB

KARIN HETSCHKO,
ENVIADA A BRASÍLIA (DF)

Em reunião com a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da minoria na Câmara dos Deputados, no dia 13/3, representantes da Magistratura esclareceram pontos mais sensíveis da PEC 6/19, apresentada pelo governo federal no dia 20/2. Apontaram a desconstitucionalização de regras permanentes, o sistema de capitalização, a insegurança jurídica conduzida pela reforma — tanto para o servidor público como para quem trabalha na iniciativa privada — e a perda de direitos dos que já estão nos sistemas previdenciários atuais. Eles

ainda conversaram sobre questões de competências da Justiça Estadual para a Justiça Federal, que foram inseridas no texto da PEC. A deputada agradeceu os esclarecimentos e solicitou a ajuda das associações para encaminharem à sua assessoria notas técnicas sobre os assuntos tratados.

Fernando Bartoletti e Vanessa Mateus, presidente e 1ª vice-presidente da Apamagis, estiveram nesse encontro, em Brasília, liderado por Jayme de Oliveira e Renata Gil, presidente e vice-presidente institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

No mesmo dia, os magistrados

participaram de audiência pública convocada pela deputada para debater a reforma da Previdência. Na Câmara, os representantes da Apamagis também se encontram com o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP). Fernando Bartoletti ainda conversou com os deputados Luiz Flavio Gomes (PSB-SP), Paulo Teixeira (PT-SP) e Carla Zambelli (PSL-SP).

“Estamos sensibilizando os parlamentares para trechos do texto que consideramos equivocados e prejudiciais tanto ao regime do servidor como ao regime geral de Previdência do setor privado”, ressaltou o presidente da Apamagis.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Fotos: Karim Hershiko

Especialista fala para presidentes e vices de entidades filiadas à AMB



Bartoletti e Vanessa Mateus com o deputado Alexis Fonteyne



Previdência em pauta com o deputado Luiz Flávio Gomes

UNIÃO ENTRE CARREIRAS

Para o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, é importante, nesse momento, a união das carreiras públicas em torno dos pontos a serem alterados na proposta do governo de Jair Bolsonaro. “Temos de trabalhar juntos as emendas substitutivas ao projeto, assim ganharemos mais força no Congresso”, salientou.

Além disso, Oliveira disse que a Associação já está se organizando

para realizar um trabalho de conscientização nas redes sociais, com o intuito de alertar a população sobre pontos delicados da PEC 6/19 que não estão sendo devidamente esclarecidos ao grande público. É uma ferramenta forte, de grande alcance, mas, para o sucesso dessa ação, serão imprescindíveis ainda o apoio e a divulgação das entidades filiadas à AMB. A Associação também distribuirá um material com os principais pontos da proposta.

DEBATE NA APAMAGIS

Um dia antes de falar para os presidentes regionais, em Brasília, o advogado, consultor técnico e especialista em Previdência, Luiz Alberto dos Santos, esteve na sede administrativa da Apamagis, com representantes de diversas carreiras públicas do Estado de São Paulo. A ideia é unificar as propostas de alterações da PEC para todas as carreiras do serviço público.



Nas reuniões com a deputada Carla Zambelli e com o deputado Paulo Teixeira, foram apontados trechos prejudiciais da PEC 6/19



“A Apamagis está mostrando aos parlamentares equívocos da reforma da Previdência”



Fernando Bartoletti,
Presidente da Apamagis



“A PEC 6/19 tem um formato agressivo em termos de retirada de direitos, o que levou à união de várias categorias para combatê-la”

Vanessa Mateus,
1ª vice-presidente da Apamagis



PAÍSES DA AMÉRICA LATINA ENFRENTAM PROBLEMAS COM O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO



CHILE

Em outubro passado, o governo chileno propôs mudanças pontuais na legislação para tentar elevar gradualmente o nível baixo das aposentadorias. Oscilações constantes da economia – ciclos de crescimento e períodos de crise – prejudicam a rentabilidade dos fundos de pensão.

NÚMEROS: 9 em cada 10 aposentados chilenos recebem menos de 60% de um salário mínimo em vigor no país (atualmente cerca de US\$ 450).



PERU

Enfrenta problema parecido ao do Chile; discute aumentar alíquotas de contribuição. O sistema de capitalização existe em paralelo ao de repartição.

NÚMEROS: contribuição é de 13% da renda bruta para o Sistema Nacional de Pensiones ou de 10% do salário para o sistema privado



COLÔMBIA

Baixa cobertura do sistema de capitalização, por causa de uma participação expressiva do emprego informal no mercado de trabalho.

NÚMEROS: 7 em cada 10 colombianos correm o risco de ficar sem aposentadoria, em decorrência do alto índice de trabalho no mercado informal.



MÉXICO

Semelhante à Colômbia, pouco mais de 30% contribuem para o governo trabalha em uma mudança no sistema para corrigir falhas.

NÚMEROS: Está na 32ª posição entre 34 países – atrás apenas de Índia e Argentina –, um dos piores no ranking da consultoria Mercer.

COMO É NO CHILE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou em janeiro que o regime de capitalização seria para “gerações futuras” de trabalhadores, sem dar detalhes. Durante o 21º Encontro de Coordenadores da Apamagis, realizado no dia 30/3, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, relatou sua visita ao Chile, onde foi observar as consequências do sistema de capitalização da Previdência. “A proposta da atual PEC 6/19 foi construída a partir do modelo chileno, que acentuou as desigualdades sociais. Esse sistema não permite desistir e pegar o dinheiro de volta”, disse. Também estiveram no Chile com Oliveira o presidente da Federação Latino-Americana de Magistrados (Flam), Walter Barone, e o presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Penteado Teixeira Junior.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que o modelo de capitalização aumenta a desigualdade social; 18 dos 30 países que o adotaram

reviram-no parcial ou totalmente.

A Apamagis sediou outras reuniões em março para discutir formas de contraposição à PEC 6/19, com representantes de associações de servidores. Nestas ocasiões, Fernando Bartoletti falou sobre o que o Fórum Permanente de Carreiras de Estado (FOCAE-SP), do qual é coordenador, vem desenvolvendo para esclarecer pontos da reforma que afetam todos os trabalhadores.

José Gozze, presidente da Associação de Servidores do TJSP (ASSETJ), lembrou recente visita de dois especialistas chilenos que falaram sobre a capitalização adotada no país em 1992, que reduziu as aposentadorias dos trabalhadores.

Antonio Carlos Fernandes Junior, presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), destacou a importância de se intensificar a formação de frentes parlamentares contrárias à atual proposta. **(KH)**

MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO STF, PARTICIPARÁ DO VII ENAJE

Tema será 'A Magistratura na sociedade brasileira';
ministro Luiz Fux fará palestra de encerramento



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dias Toffoli, e o vice-presidente do STF, Luiz Fux, são as lideranças nacionais do Poder Judiciário que confirmaram presença no VII Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), entre os dias 23 e 25 de maio. Fux fará a palestra de encerramento do evento, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

As inscrições para o VII Enaje estão abertas até o dia 17 de maio e devem ser feitas na página do evento (www.amb.com.br/enaje).

A Apamagis sorteou 12 inscrições de magistrados, que serão pagas pela Associação.

O tema do VII Enaje será *A Magistratura na sociedade brasileira – entre o real e o ideal*, que engloba debates sobre os desafios no século XXI, eleições diretas, redes sociais, inteligência artificial, segurança no Poder Judiciário e inteligência emocional, entre outros.

ARTIGO

▶ EDISON APARECIDO BRANDÃO,
DESEMBARGADOR



Karin Hetschko

O FIM DO DIREITO PENAL FAKE – ENCONTRO FONAJUC EM SÃO PAULO

São Paulo recebe o III Encontro do Fórum Nacional de Juízes Criminais (Fonajuc) em abril. Destaco que esse movimento, dos juízes da área criminal, é uma clara e efetiva reação da Magistratura contra um Direito Penal instituído, nas últimas décadas, quase que exclusivamente na figura do réu. O Poder Legislativo não se preocupou com a figura da vítima, ou com os impactos da acelerada criminalidade em nossa sociedade ao editar novas normas penais.

Esse foco na figura do réu conduziu o país a assistir a uma verdadeira mortandade civil. Em nome do falido “garantismo”, deu-se a manutenção da impunidade. O crime ganhou contornos de total ausência de controle do Estado.

Diante desse quadro, e com intuito de combater o Direito Penal “fake” no Brasil, inúmeros magistrados de todo o país – juízes de Direito, federais, militares e até trabalhistas – passaram a discutir o chamado “garantismo real” ou “garantismo integral”, um debate elevado, técnico e, acima de tudo, responsável. Essa vertente visa resguardar os direitos fundamentais não só dos réus, mas também das vítimas e da sociedade.

É com essa visão, mais ampla do Direito, que podemos assistir a magníficos eventos, como esse de São Paulo, com o comparecimento, ao fórum, de centenas de juízes de todo o país, ministros, presidentes de Tribunais Superiores, dos TJs, corregedores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, dos TJs, enfim, de todo o Judiciário nacional!

Destaco também que o evento de São Paulo conta com o apoio da Apamagis, da AMB, e da direção do prédio do MMDC, que abriga os gabinetes dos desembargadores do Direito Público do TJSP.

TEMA DO III FONAJUC: COMBATE À CORRUPÇÃO

Quando: De 4 a 6 de abril, em São Paulo

Local: Auditório do Edifício MMDC

Programação cultural: sede social da Apamagis

Apoio: Associação Paulista de Magistrados

(Na próxima edição da Tribuna da Magistratura, publicaremos a cobertura do III Encontro do Fórum Nacional de Juízes Criminais)



NOVOS CANAIS DE INFORMAÇÃO DA APAMAGIS

Newsletter mensal, reformulação da área do associado no site e promoção do Jota são algumas das novidades

► **CECÍLIA NASCIMENTO,**
DA REPORTAGEM LOCAL

A Apamagis tem novidades em matéria de comunicação com os associados. Em conjunto com o Departamento de Informática, a Comunicação acaba de reformular a área do associado do site para facilitar o acesso à gama de informações relevantes. O espaço ficou mais claro e organizado. Um tutorial na home do site explica o passo a passo de como navegar.

Simultaneamente, a Comunicação lançou a newsletter mensal, com uma

variedade de notícias da Associação que são de interesse dos associados, enviada via Whatsapp. Para recebê-la, basta salvar no seu celular o número da Apamagis – (11) 94136-7070.

E desde fevereiro está em plena atividade o Estúdio Apamagis, um novo canal de comunicação, com programação de entrevistas e debates em vídeo, abordando assuntos de interesse dos associados, da Magistratura e do Judiciário.

“As associações de classe, em geral, que não se comunicarem bem neste momento, seja para seu público interno ou para o externo, correm o risco de serem atropeladas por inverdades”

Fábio Munhoz Soares,
Diretor de Comunicação

Em razão do lançamento da nova área do associado, o site jurídico Jota está oferecendo seis meses de acesso gratuito a todo seu conteúdo, especializado nos três Poderes, aos associados da Apamagis.

O diretor de Comunicação da Apamagis, Fábio Munhoz Soares, entusiasta do uso da tecnologia como facilitador na troca de informações entre as pessoas, detalha agora, nesta entrevista, as novidades.

A Apamagis acaba de expandir a área de Comunicação, com a reformulação do site e a inclusão de várias ferramentas digitais, como vídeos, além de interligação com as redes sociais Facebook, Instagram, Flickr e Youtube. Qual a importância dessa iniciativa?

A comunicação rápida e em várias plataformas é uma exigência do mundo moderno. A informação que produzimos na Apamagis chega hoje, em segundos, a todos os nossos associados em todas as regiões do Estado.

Essa velocidade já está no cotidiano dos nossos magistrados, uma vez que nossa profissão passa por uma grande renovação. E quem ainda não se sente muito confortável com as novas tecnologias acaba sendo influenciado por seu meio social. Nossa meta é atrair os associados para este novo universo e fidelizá-lo.

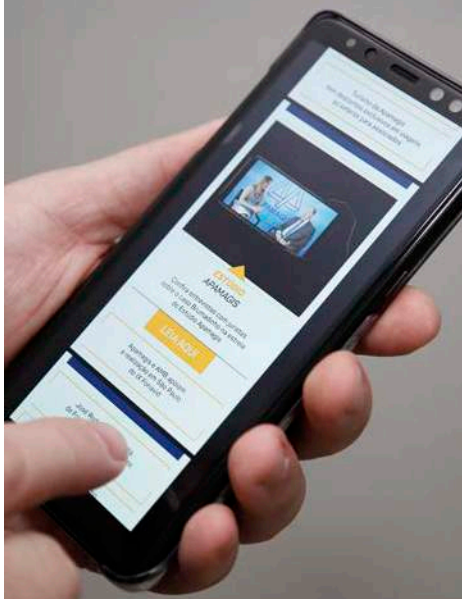


Beth Munhoz



“Para ampliar o contato com os associados do Interior, vamos promover videoconferências entre diretores regionais e a presidência para trocas de informações”

A periodicidade da recém-lançada Newsletter da Apamagis é mensal



Quais são as novidades na Comunicação da Apamagis?

Na área do associado do site está mais fácil obter informações sobre eventos, colônias de férias, convênios e benefícios exclusivos.

Outra novidade é que o calendário de eventos da Apamagis poderá ser incluído na agenda eletrônica do associado, seja no celular ou no computador. Temos também a newsletter mensal.

Além disso, montamos na sede administrativa um estúdio com toda a estrutura para gravação de vídeos para exibição no site. São entrevistas, debates, informes importantes para os associados e declarações do presidente e da Diretoria Executiva da Apamagis.

Para ampliar o contato com os associados do Interior do Estado e a troca de informações, vamos promover videoconferências entre diretores regionais e a presidência.

Estamos reformulando nosso aplicativo para que se torne a principal referência de todos os serviços e de toda a comunicação da Associação.

Agregaremos também mais serviços e promoções exclusivas para os associados.

A imprensa tradicional ainda tem um papel fundamental nos debates relevantes para a sociedade, como a Previdência e a segurança pública. O que muda no relacionamento com os jornalistas?

Vamos continuar a estreitar laço com a mídia. Será ampliada a participação de magistrados da Apamagis em workshops para jornalistas em diferentes meios de comunicação, como foram os realizados no ano passado no SBT e na TV Record. Está em produção uma cartilha sobre o Judiciário para a imprensa, que será distribuída para diversas redações do país. Atualmente, estão sendo promovidos encontros de relacionamento da atual gestão com jornalistas.

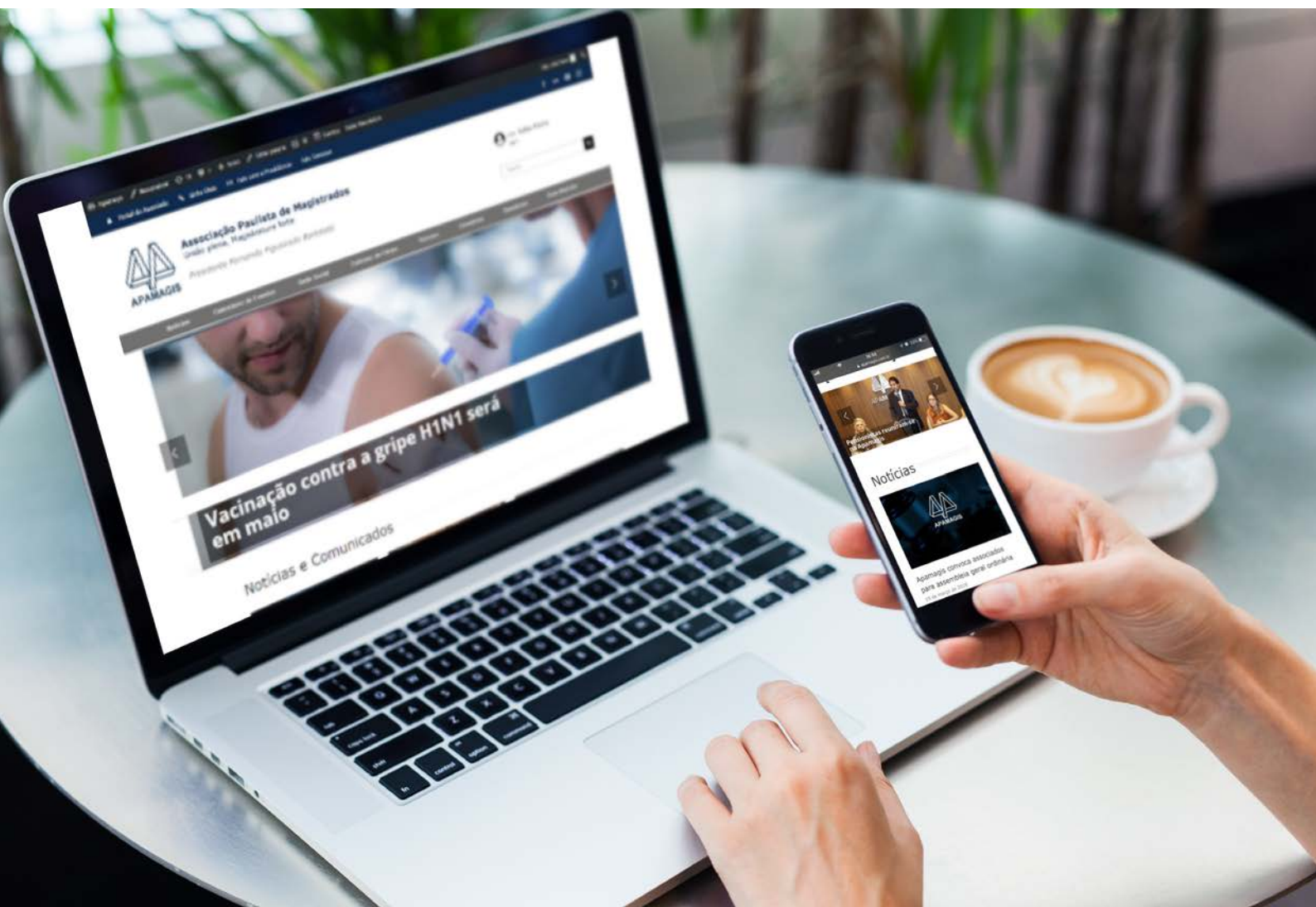


PARCERIA COM O PORTAL JOTA

A Apamagis firmou uma parceria com o portal Jota, especializado em notícias dos três Poderes, para que cada associado tenha seis meses de acesso gratuito ao serviço de notícias. Para fazer a inscrição, basta acessar a área do associado no site da associação e seguir as instruções.

A partir de uma nova forma de cobrir as instituições públicas brasileiras, o Jota foi criado em 2014 para fornecer informações de qualidade, com análise e contexto, a um público profissional que precisa tomar decisões estratégicas com base nas movimentações do Executivo, Legislativo e Judiciário.

www.jota.info



CONHEÇA A NOVA **ÁREA DO ASSOCIADO**

A área do associado no site da Apamagis mudou. Tudo foi reformulado para facilitar o acesso a comunicados importantes, convênios, benefícios, colônias de férias e eventos. O conteúdo e as principais informações fixadas no novo espaço estão, agora, melhor distribuídas e disponíveis em um clique.

1

LOGIN ÁREA RESTRITA

Aqui você faz seu cadastro na Área Restrita

2

NOTÍCIAS

Nessa área é possível ver todas as notícias e comunicados publicados.

Você também encontra a galeria completa de vídeos

3

CALENDÁRIO DE EVENTOS

O calendário é uma novidade. Aqui você tem uma visualização melhor de todos os eventos, cursos e palestras promovidos pela Apamagis. Há também a opção de incluir o evento na sua agenda eletrônica

4

SEDE SOCIAL

Nesta página estão todas as informações sobre a sede social e o Departamento Feminino e Ação Social da Apamagis

5

COLÔNIA DE FÉRIAS

Informações como pontos turísticos, infraestrutura, como chegar e previsão do tempo das colônias de Campos do Jordão, Guarujá e Ibirá. Agora é possível preencher um formulário de interesse para sua estadia na colônia

6

TURISMO

Todas informações sobre pacotes e condições especiais para associados

7

CONVÊNIOS

É possível acessar informações sobre os convênios da Apamagis, as parcerias e compras online

8

BENEFÍCIOS

Estão relacionadas todas as vantagens que os associados da Apamagis têm: Seguro Vida Auto, Planos de Saúde, CCH, Fundo de emergência, Fundo de pecúlio e JUSPREV



9

ÁREA RESTRITA

Exclusiva para o associado e só acessada com login

10

DESTAQUE DA HOME

Manchetes de interesse específico do associado

11

NOTÍCIAS E COMUNICADOS

Últimas notícias e comunicados publicados

12

PALAVRA DA DIRETORIA

Uma forma da Diretoria se comunicar com associados e funcionários da associação

13

PRÓXIMOS EVENTOS, CURSOS E PALESTRAS

Informações sobre os próximos eventos, cursos e palestras

14

OUTROS DESTAQUES

Destques sobre as colônias de férias, turismo, convênios, benefícios, sede social e o cardápio do dia

15

VÍDEOS

Últimos vídeos publicados

16

SITES DE INTERESSE

Acesso ao site do Grupo de Apoio à Justiça, à página do JUSPREV, da Certificação ISO 9001, e aos enunciados dos fóruns

DÚVIDAS E AINDA PRECISA DE AJUDA PARA NAVEGAR?

Acesse nosso tutorial!



Aproxime o app de leitura de QR Code em seu smartphone da imagem acima para ver o vídeo explicativo sobre o site

“DIÁLOGO ENTRE TRIBUNAL E APAMAGIS DEVE SER CADA VEZ MAIOR”

VICE-PRESIDENTE DA CORTE PAULISTA

Essa aproximação é importante, em especial, para a manutenção das prerrogativas dos magistrados

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

A redução do número de processos em andamento, na Câmara Especial, de 15,1 mil para 9,8 mil foi o destaque feito pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Artur Marques da Silva, ao avaliar a atuação do Judiciário paulista, em 2018.

Além de trabalhar para aprimorar a celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, o magistrado, em 2019, vai presidir a Comissão Gestora de Arquivos, Memória e Gestão Documental do TJSP, com a finalidade de preservar a história de quase um século e meio da Corte bandeirante.

QUE BALANÇO O SENHOR FAZ DAS AÇÕES DA VICE-PRESIDÊNCIA EM 2018?

No ano passado, realizamos um trabalho importante no Órgão Especial relacionado às questões administrativas, participando de 37 sessões, em que foram apreciadas matérias as mais diversas, objeto de 262 processos decididos nesse período. O mesmo posso dizer da atuação no Conselho Superior da Magistratura, onde foram decididos 1.242 processos, nas 51 sessões realizadas ao longo do ano. Outro ponto importante é que na Câmara Especial existiam 15,1 mil processos

aguardando julgamento. No ano de 2018 foram distribuídos 32,3 mil novos processos. Graças ao trabalho conjunto dos magistrados, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos advogados que prestam assistência judiciária gratuita, conseguimos reduzir consideravelmente esse número, para menos de 9,8 mil processos em andamento. Essa redução ganha ainda mais importância quando verificamos que, em 2018, foram distribuídos na Câmara Especial mais de 32,3 mil processos. Isso dá uma boa medida da agilidade nos julgamentos. Só eu, recebi distribuição de 3.261



Jessica Bolczar

Segundo Artur Marques, em 2018, o Judiciário paulista reduziu o número de processos em andamento, na Câmara Especial, de 15,1 mil para 9,8 mil

processos novos na Câmara Especial em 2018, e proferi 4.305 votos ou decisões monocráticas no período. A atividade jurisdicional da Vice-Presidência, diante da competência que lhe dá o Regimento Interno, é bastante significativa.

QUAIS AS PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS PARA O TRABALHO DA VICE-PRESIDÊNCIA E PARA O JUDICIÁRIO EM 2019?

Este ano, fui nomeado para presidir a Comissão Gestora de Arquivos, Memória e Gestão Documental do Tribunal, integrada pelos Presidentes de Sessões e o Decano do Tribunal

de Justiça, com a participação de juízes e desembargadores. A tarefa é de compatibilizar a gestão de processos e documentos com a necessidade de preservar a memória do TJSP e da própria Justiça. Hoje, os processos concluídos são arquivados em uma empresa especializada, em Jundiá (SP), que armazena cerca de 95 milhões de processos, e em um ponto no bairro do Ipiranga, na Capital, onde está outra parte dos processos e da documentação. O conteúdo de preservação permanente abrange o período de fundação do Tribunal, em 1874, até 1940. Após 1940 há processos de preservação obrigatória,

de acordo com critérios do CNJ. Estamos buscando alternativas que permitam a redução dos custos sem prejuízo da necessária preservação da memória.

COMO ESTÁ A INTERLOCUÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA COM OS MAGISTRADOS DO INTERIOR DO ESTADO?

Tenho excelente relação e sei das dificuldades dos magistrados, especialmente os colegas do Interior. A experiência como diretor, vice-presidente e presidente da APAMAGIS permitiu essa proximidade e tenho com todos um diálogo franco. Sempre reforço essa necessidade de diálogo entre o Tribunal e o braço político da Magistratura, representado pela Apamagis, que deve ser cada vez maior, especialmente na manutenção das prerrogativas dos magistrados.

O SENHOR ACREDITA QUE OS ATAQUES AO JUDICIÁRIO VÃO ARREFECER ESTE ANO OU PENSA QUE O OS MAGISTRADOS CONTINUARÃO ALVO DE NOTÍCIAS DISTORCIDAS SOBRE PRIVILÉGIOS?

O Judiciário sempre foi um poder de pouca comunicação externa, mas a Apamagis procurou divulgar o trabalho dos juízes – embora a mídia não tenha interesse – e aspectos que evidenciem a alta produtividade da Justiça e as soluções derivadas de julgamentos. Há uma compreensão equivocada da imprensa sobre a atividade dos juízes. Uma democracia precisa de um Judiciário forte e que torne efetiva suas decisões, e é essa a imagem que devemos reforçar na nossa comunicação externa. Recentemente o Judiciário colocou-se mais à vista da imprensa, assumindo protagonismo por sua atuação firme em rumosos casos de corrupção, sem receio de demonstrar o que faz, quando e por quê. Devemos seguir nessa linha, apresentando outros campos de atuação relevantes para nossa população, pois só assim teremos o reconhecimento da importância do trabalho que desenvolvemos.

A CORREGEDORIA DO TJSP

ATUOU ARDUAMENTE EM 2018

E, em 2019, os planos são, também, de muito trabalho, com correições nas sedes das dez RAJs e nos foros regionais

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

Há um ano à frente da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Geraldo Pinheiro Franco fez um balanço da sua atuação, destacando visitas a comarcas e o trabalho de correição, com foco na orientação ao trabalho dos magistrados e servidores.

QUE BALANÇO O SENHOR FAZ DAS AÇÕES DA CORREGEDORIA EM 2018?

Estabeleci como uma das metas a realização de correições em comarcas onde a Corregedoria não esteve nos últimos quatro a seis anos, lembrando que o Estado de São Paulo tem 319 comarcas, centenas de varas e cartórios extrajudiciais. Em 2018, atingimos nosso objetivo e visitamos todas as cidades que estavam nesse grupo e outras tantas. Passamos por cerca de mais de 700 unidades judiciais e extrajudiciais em todo o Estado.

QUAIS OS OBJETIVOS DAS VISITAS?

Acompanhar o andamento dos trabalhos nas comarcas, com foco prioritário na orientação e apoio a juízes e servidores. Na maioria delas, constatamos que a prestação jurisdicional é feita com zelo e competência por magistrados e servidores comprometidos com o Judiciário. Problemas pontuais encontrados foram tratados pontualmente. Nessas visitas, além

dos magistrados da Corregedoria, destacamos a atuação de dois grupos de trabalho no apoio às atividades de correição: GTJud, cujos integrantes avaliam as condições de cada Vara e orientam servidores no desenvolvimento de suas atividades, inclusive quanto às ferramentas do SAJ, e na gestão da unidade; Unidade Remota da Corregedoria Geral, instalada no Fórum João Mendes, que presta serviço correlato, auxiliando unidades com eventuais dificuldades, analisando e atuando nos processos digitais. Procuramos, ainda, levar treinamento a juízes e servidores,

tanto quanto possível. Em suma, o trabalho em 2018 foi árduo, mas profícuo. Pude observar que as dificuldades, que não são poucas, são enfrentadas por todos com muita responsabilidade e disposição, pedra de toque da Magistratura bandeirante.

QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO EM 2019?

Este ano, nosso objetivo principal é realizar correições nas sedes das dez RAJs (Região Administrativa Judiciária), e, no âmbito da Capital,





“Em 2018, passamos por cerca de mais de 700 unidades judiciais e extrajudiciais em todo o Estado”



Jessica Boiczar

vida de todos em momento decisivo do processo, que é o levantamento de valores depositados. São mais de 80 projetos desenvolvidos na Corregedoria, a maioria deles ligados à atividade-fim. Apresentaremos, também, um projeto de lei para modificar a tramitação das execuções fiscais, buscando reduzir o enorme volume de ações dessa natureza, mediante a satisfação de condição para o ajuizamento, que será o prévio protesto da certidão de dívida ativa.

O SENHOR AFIRMOU, QUANDO ASSUMIU, QUE PRIVILEGIARIA O DIÁLOGO E A ORIENTAÇÃO À PRÁTICA DE PUNIÇÕES. A OPÇÃO DEU RESULTADO?

Reitero que acompanhar o dia a dia dos juízes, para entender cada dificuldade específica e orientá-los, é a melhor forma de trabalhar. A questão censória é importante, evidentemente, mas a aproximação com os magistrados é mais. Eles atuam com muita propriedade e merecem nosso respeito absoluto e apoio incondicional. Isso reflete, evidentemente, no campo disciplinar, em que foram instaurados pouco mais de 11 processos administrativos, por razões relevantes, lembrando que em 1º grau temos cerca de 2.600 juízes. Isso demonstra de forma tangível a qualidade, a seriedade e o compromisso dos magistrados paulistas, orgulho para todos nós, é importante reafirmar a cada dia.

O QUE O SENHOR DIRIA AOS MAGISTRADOS QUE ASSUMIRAM SEUS POSTOS NO FINAL DE 2018?

Tenho dito aos novos magistrados que o primeiro foco do juiz é o absoluto compromisso com a Magistratura. Não há outro caminho. O que o cidadão espera de nós é trabalho, aprimoramento, seriedade, imparcialidade, independência, sensibilidade, pontualidade, serenidade, cordialidade e respeito. Fomos investidos em atividade de tamanha responsabilidade para servir ao cidadão. O juiz deve agir segundo sua consciência, os fatos, o Direto e a lei. Daí não haver campo para viés político e ideológico no exercício de sua função. E o juiz paulista atua dessa forma.

foro de grandes dimensões, atuar também nos foros regionais, acompanhando o trabalho judiciário e, inclusive, procurando avaliar melhor as UPJs, projeto do Tribunal que merece atenção especial.

NA SUA OPINIÃO, HÁ ALGUM PROJETO QUE GANHARÁ FOCO ESPECIAL?

A Corregedoria desenvolve diversos projetos, desde o premiado “Adote um Boa Noite”, que teve origem na gestão de nosso atual presidente, “Acolhimento Familiar”, “Trampo Justo”, o aprimoramento do

“BNMP 2.0” e “Inquérito Digital”, “Destinação de Amas e Objetos”, a instalação de Vara Especializada em Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro”, “Incineração de Entorpecentes”, “Tramitação Direta dos Inquéritos Policiais”, “Saneamento do Gerencial das Varas”, “Corregedoria Digital”, “Nupomede”, dentre outros. Há, ainda, “Depoimento Especial”, que permitirá a materialização do princípio da proteção integral do menor, e “Portal de Custas”, implantado em alguns foros e comarcas e que deverá seguir para todo Estado, facilitando a

ATUAÇÃO DOS MAGISTRADOS PAULISTAS

MARCA CERIMÔNIA NO TJSP

A tradicional solenidade reuniu autoridades do Judiciário, Executivo, Legislativo e representantes de instituições

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

O volume de trabalho desenvolvido pelos magistrados paulistas e as alternativas para aprimorá-lo e acelerar a prestação jurisdicional marcaram os discursos da abertura do Ano Judiciário, no Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 6/2. A cerimônia reuniu autoridades do Judiciário, do Executivo e do Legislativo e representantes de inúmeras entidades. O 2º vice-presidente da Apamagis, desembargador Cláudio Levada, representou a Associação, em razão do presidente Fernando Bartoletti estar em Brasília em reuniões da AMB.

Indicado pela Corte para discursar, o desembargador Fernando Antonio Ferreira Rodrigues destacou que, em 2018, a Corte proferiu, em 1ª instância, mais de quatro milhões de sentenças. “O apoio do Conselho Superior da Magistratura e do Órgão Especial “foram



Fotos: Jessica Boiczar

Desembargador Claudio Levada (à direita), 2º vice-presidente, representou a Apamagis

fundamentais para acelerar a prestação jurisdicional sem perder a qualidade que deve nortear o trabalho da Magistratura.”

O presidente da Corte, desembargador Manoel Pereira Calças, ressaltou que o TJSP “é o mais produtivo do País”. E apontou títulos conferidos ao Tribunal, em 2018, como a premiação do projeto “Adote um Boa Noite”, pelo Instituto Inovare. Além disso, “o TJSP foi um dos vencedores do prêmio “Conciliar é Legal”, do Conselho Nacional de Justiça, com o projeto “DNA Conciliado é Legal”.

Durante a solenidade, o governador de

São Paulo, João Doria, destacou os 145 anos de trajetória do Tribunal e as inovações tecnológicas implementadas, como a digitalização de processos.

Também presente à cerimônia, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, enalteceu a atuação do Poder Judiciário de São Paulo, definindo-o como um dos principais exemplos de poder independente do país.

No evento, o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio, ressaltou a importância da união e da integração entre os “múltiplos atores” do universo Judiciário.

Já o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Cauê Macris, destacou a aprovação de projetos que conferiram maior autonomia financeira ao Judiciário. E o presidente da OAB-SP, Caio Augusto dos Santos, disse que o Judiciário é fundamental para a manutenção do Estado de Direito dos cidadãos.

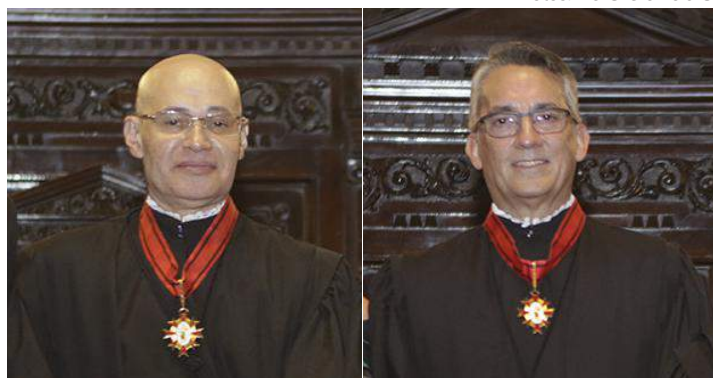
CORTE PAULISTA TEM DOIS NOVOS DESEMBARGADORES

Cerimônia ocorreu no Palácio da Justiça, no dia 11/3

Tomaram posse como desembargadores do TJSP os magistrados Maurício Valala e Kleber Leyser de Aquino.

Graduado pela Faculdade de Direito da USP, em 1988, Maurício Valala ingressou na Magistratura em outubro de 1989. Em 2012, tornou-se juiz substituto em 2º grau, cargo que ocupou até a recente promoção.

Aluno oficial da Academia de Polícia Militar Barro Branco de 1977 a 1979, Kleber de Aquino graduou-se pela Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, em 1986. Ingressou no Ministério Público de SP em 1988 e, na Magistratura, em 1989. Tornou-se juiz substituto em 2º grau em 2016.



Fotos: Alexandre Boiczar

Valala (à esquerda) e Aquino ingressaram na Magistratura em 1989



ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS APOSENTADOS E DE PENSIONISTAS DA AMB

AMB PROMOVE REUNIÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM SP

O encontro terá palestras, workshops e debate sobre a reforma da Previdência

KARIN HETSCHKO,
DA REPORTAGEM LOCAL

Será realizado em São Paulo, de 14 a 16 de abril, o Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com a Apamagis. Alguns temas para serem abordados em palestras e workshops já foram definidos pela Comissão Científica do evento: conciliação e mediação, com Ricardo Cunha Chimenti e Gilberto Passos de Freitas, e palestra motivacional, com a neuropsicóloga Regina Migliori. Também haverá um debate sobre reforma da Previdência com Maria Lúcia Fattorelli, da FGV.

O encontro acontecerá no Hotel Maksoud Plaza, localizado numa região nobre da cidade, próximo à Avenida Paulista, que conta com excelentes opções de cultura, lazer e restaurantes.

“É uma honra poder sediar esse encontro em São Paulo”, afirmou Fernando Bartoletti, presidente da Apamagis. Para ele, a participação de aposentados e pensionistas nas atividades associativas é fundamental. “E essa será uma ótima oportunidade de integração desses grupos aos trabalhos realizados pelas entidades em defesa de prerrogativa da Magistratura”, acrescentou.

No dia 15, os participantes do encontro assistirão ao show dos Demônios da Garoa.

DEBATE PAULISTA

O Departamento de Pensionistas da Apamagis realizou reunião na sede administrativa no dia 18/3 para reiterar informações sobre o Encontro da AMB, em São Paulo.

A 1ª vice-presidente da Apamagis, Vanessa Mateus, que esteve na reunião, enfatizou a força cada vez maior do Departamento de Pensionistas, bem como as questões importantes relacionadas ao segmento. E reforçou a relevância do encontro em São Paulo, conclamando a participação de todas as presentes.

Lucélia Alcântara, diretora do Departamento, destacou a importância do evento de abril: “Nosso objetivo é fazer uma festa bem bonita para nossas colegas do país inteiro”, afirmou. Ela também esclareceu dúvidas sobre como buscar auxílio para a declaração de Imposto de Renda, bem como sobre o recebimento de verbas indenizatórias.

Também o diretor do Departamento de Aposentados da Apamagis, Sebastião Luiz Amorim, afirmou ser importante ter o maior número de aposentados e pensionistas no encontro da AMB, como forma de mostrar força no momento de apresentar reivindicações. “Há sempre a possibilidade de ter algum pleito atendido.”

PREPARATIVOS

As informações sobre a realização do encontro foram divulgadas pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Jayme de Oliveira, durante reunião da Coordenadoria dos Aposentados, no dia 5/2, em Brasília. “O foco desse nosso evento não será apenas atividades culturais, mas debates importantes da Magistratura nacional. Tanto que criamos um grupo para debater a agenda científica do evento”, anunciou Jayme de Oliveira.

Nessa reunião, magistrados aposentados e da ativa também debateram temas sensíveis da carreira, como a reposição de subsídios e a Valorização por Tempo na Magistratura (VTM). E os dirigentes da AMB informaram que as frentes parlamentares da Associação, que incluem projetos dedicados a questões de carreira, estão sendo retomadas, observando a nova conjuntura do Congresso Nacional, formada por muitos parlamentares de primeira legislatura.



Juíza Ruth Duarte Meneghatti, uma das magistradas envolvidas no projeto em Adamantina, interior de São Paulo

PROGRAMA INÉDITO APOIA AGENTES PENITENCIÁRIOS DE SÃO PAULO

A iniciativa busca despertar a compreensão, a aprendizagem e a reelaboração da identidade funcional desses profissionais

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

Apresentado em janeiro, o Programa de Identidade Profissional (PIP) servirá de apoio a agentes de segurança penitenciária em unidades prisionais nas cidades de Pacaembu, Irapuru e Osvaldo Cruz, região de Presidente Prudente.

Como são responsáveis pela fiscalização das penas dos presos e colaboraram com a proteção da própria sociedade, os agentes de segurança penitenciária, destacam os autores do projeto, podem ser poderoso instrumento de recuperação e reinserção social do condenado ou internado.

O programa atua diretamente na ativação da inteligência humana nas dimensões psicológica e educacional.

A iniciativa é inédita e foi configurada por representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e convidados. A formatação do projeto, o planejamento das ações e sua execução e avaliação têm o envolvimento direto de três juízes de Direito – Ruth Duarte Meneghatti, da Comarca de Adamantina, e Rodrigo Antonio Menegatti e Luciana Amstalden



“É importante ressaltar que o PIP é um instrumento capaz de despertar a compreensão, aprendizagem e a reelaboração da identidade profissional, através de vivências em imersão. E, nesta perspectiva, é possível respeitar e entender os estágios de desenvolvimento pessoal, buscar estimulação e criatividade”.

Dos autores do PIP

Bertoncini, ambos da Comarca de Pacaembu –, três promotores de Justiça – Owem Miuki Fujiki e Jess Paul Taves Pires, ambos da Comarca de Osvaldo Cruz, e Rafael Salzedas Arbach, da Comarca de Pacaembu –, além de duas profissionais da área de saúde: a médica psiquiatra Michelle Medeiros Lima Salione e a psicóloga Denise Alves Freire.

Por meio do programa, busca-se trabalhar conteúdos associados ao reconhecimento de sentimentos e emoções, valores, atitudes e qualidades pessoais, estabelecendo uma relação de equilíbrio existencial. A ideia é, ainda, garantir ao profissional o resgate de si mesmo, o respeito a seus valores e sua individualidade, promovendo a construção da identidade pessoal no ambiente de trabalho, além de recuperar a capacidade de participar de forma saudável do universo das trocas sociais, palavras e afetos e, por consequência, contribuir para o processo de ressocialização do preso dentro do próprio sistema prisional.



ASSOCIAÇÕES INICIAM DIÁLOGO COM GOVERNO EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Integrantes do FOCAE-SP retomam atividades e reúnem-se com o secretário da Justiça e Cidadania do Estado, Paulo Dimas

KARIN HETSCHKO,
DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, recebeu em seu gabinete representantes de associações que integram o Fórum Permanente de Carreiras de Estado (FOCAE-SP), para uma reunião realizada dia 25/2, onde defenderam um diálogo com o atual governo para a defesa do serviço público. Os dirigentes apontaram para o secretário as principais bandeiras do FOCAE-SP:

1. Manifestar a importância de um serviço público de excelência para a população,
2. Defender o aprimoramento dos serviços prestado pelas carreiras de Estado
3. Enfatizar a necessidade de investimento nos serviços públicos, a fim de que a população não seja vítima de sua precarização.

“Essa união e integração das carreiras do Estado é preponderante para a defesa do cidadão e do serviço público”, enfatizou o secretário da Justiça. Segundo ele, é função do Estado garantir que a população, principalmente a mais carente, tenha acesso ao serviço público de qualidade. Para isso, destacou o secretário, é preciso pessoas qualificadas e preparadas.

“É importante iniciarmos o ano com esse diálogo entre os representantes das carreiras públicas do Estado e o governo

Fotos: Alexandre Boiczar



Dimas apoia o diálogo das entidades de carreiras públicas com o governo do Estado

de São Paulo. Como defensor da causa pública e do cidadão, o secretário Paulo Dimas enfatizou a importância do tema e se mostrou disposto a defendê-lo no governo paulista”, afirmou o coordenador do FOCAE-SP, Fernando Bartoletti, também presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis).

Além de Fernando Bartoletti, participaram da reunião a 1ª vice-presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paula Castanheira Lamenza; o 2º vice-presidente da APMP, Gabriel Bittencourt Perez; o 1º tesoureiro da APMP, Renato Kim Barbosa; o

presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeps), Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo; a presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo, Soraya Santucci Chehin; a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Raquel Gallinati; a presidente do Sindicato Nacional dos Delegados de Polícia Federal (SINDPF-SP), Tânia Fernanda Prado Pereira; o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Adpesp), Gustavo Mesquita; o presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), Augusto Barbosa; o presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp) e 1º vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada; o presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp), Alfredo Maranca; o diretor de Estudos Técnicos da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Mauro Silva; o presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar (AOPM), cel. Antonio Chiari; e o presidente da Associação Fundo de Auxílio Mútuo dos Militares de SP (Afam), Roberto Allegretti.

JUIZ AMPLIA ROL DE VÍTIMAS PARA VIABILIZAR PEQUENAS INDENIZAÇÕES

O projeto formalizado em 2018 prevê pagamento para quem tem renda familiar de até dois salários mínimos

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

O juiz Alexandre Levy Perrucci, coordenador da Apamagis na Circunscrição de Taubaté, decidiu ampliar o rol de destinatários dos recursos da conta vinculada das Varas Criminais, nas quais são depositados valores das prestações pecuniárias impostas como pena ou como benefícios da Lei 9.099/95, caso, por exemplo, da suspensão condicional de um processo.

Desde 2017, em caráter experimental, o projeto teve sua efetiva formalização em 2018. Além das entidades beneficentes cadastradas na Comarca, até então únicas destinatárias, de acordo com a lei, o fundo também passou a atender vítimas com renda familiar mensal de até dois salários mínimos (R\$ 1.996). “Ao longo dos anos de judicatura criminal, percebi que a condenação dos acusados não resolvia os danos sofridos pelas vítimas e, muitas vezes, não supria a expectativa da vítima em relação ao resultado do processo penal”, afirma.

Juiz titular da Vara Criminal de Pindamonhangaba desde sua criação, em 2012, Perrucci destaca que a indenização pode chegar a um salário mínimo (R\$ 998) e pode ser determinada para vítimas de quaisquer crimes. Contudo, avisa, há possibilidade de aumento do valor: “É importante destacar que não se trata propriamente de ressarcimento do dano, mas reparação pecuniária de um prejuízo direto ou indireto decorrente do delito”.

Ainda de acordo com o juiz, o projeto não substitui a indenização e o ressarcimento cíveis, devidos pelo condenado criminalmente. “A ideia não é criar direitos postuláveis pelas vítimas, mas apenas criar um meio de mitigação dos efeitos do crime, com pagamento indireto feito por outras pessoas



que violaram as leis penais”, diz.

O magistrado explica que o controle do número de beneficiados só começou a ser feito em novembro último, e ainda não há um contingente expressivo.

Perrucci informa que até o momento a iniciativa está em curso apenas na Comarca de Pindamonhangaba, mas outras comarcas podem aderir, com

as adaptações às rotinas de cada unidade. “As varas judiciais já têm essas contas, por determinação do CNJ. Assim, basta que cada juiz verifique a melhor forma de incluir as vítimas no rol de levantamentos dos valores depositados.” Ele observa, porém, que a implantação da prática no Estado está em análise pela Corregedoria do TJSP.

ESPECIALISTA FALA SOBRE DESASTRE DA VALE EM BRUMADINHO-MG

Membro da Comissão de Meio Ambiente do IASP debate as amargas lições extraídas da lama da barragem



Fotos: Alexandre Boiczar

Gilberto Passos (à esq.uerda), diretor do Núcleo de Direito Ambiental da Apamagis, Antonio Pinheiro, Renzo Leonardi e o juiz Morvan Meirelles

KARIN HETSCHKO,
DA REPORTAGEM LOCAL

As consequências para o meio ambiente do desastre em Brumadinho foram tema de palestra em encontro do Grupo de Apoio à Justiça (GAJ), realizada no dia 12 de fevereiro, na Apamagis.

Convidado para falar sobre o assunto, o advogado Antônio Fernando Pinheiro Pedro, especialista em Direito Ambiental, disse que o que se viu no dia 25 de janeiro foram “cenas do egocentrismo corporativo, que continuam a criar tragédias”, referindo-se também à destruição de vidas e sonhos soterrados pela lama de uma barragem que se rompeu em Mariana, em 2015. “A investigação desse desastre (em Brumadinho) não deve ter como foco a barragem, mas sim a sede administrativa da Vale.”

Na visão de Pinheiro Pedro, ao contrário do discurso dos advogados e



Na opinião do palestrante, a empresa Vale deveria ser responsabilizada pelo desastre

defensores da empresa Vale do Rio Doce, não são pessoas que devem ser responsabilizadas pelo desastre, mas sim a organização. “A Vale colocou os custos à frente do meio ambiente e das pessoas”, disse.

O especialista explicou que havia uma recomendação do Ministério Público Federal e de Minas Gerais para

que a empresa construísse a barragem a jusante (direção para onde se dirige a água), metodologia mais segura, mas a Vale optou por construí-la alteada a montante, que já não é usada por muitos países. O resultado “desse egocentrismo corporativo” ainda está sendo contabilizado no número de vítimas fatais do desastre e das consequências para a economia local.

Pinheiro Pedro também destacou que o sistema de fiscalização da União nas barragens de mineração é falho. “Não há verba nem pessoas suficientes para fiscalizar todo o sistema de mineração no Brasil”, assegurou.

Para o especialista, membro da Comissão de Meio Ambiente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), caso a Nação não reveja as lições extraídas da lama de Brumadinho e de Mariana, novos desastres surgirão.

APAMAGIS EM FOCO



Alexandre Boiczar

COLAR DO MÉRITO

O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP) comemorou 82 anos e homenageou personalidades, em março. O presidente da Apamagis, Fernando Bartoletti, foi um dos condecorados, com o Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista, ao lado dos presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, Manoel Pereira Calças, e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, respectivamente, e do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, desembargador Carlos Viera Von Adamek, e mais 23 autoridades.

Outros magistrados receberam a Medalha do Mérito Judiciário Militar Paulista: o desembargador Alexandre Alves Lazzarini e os juizes Marcos Alexandre Coelho Zilli, Rodrigo Capez e Dalton Abranches Safi.



Jessica Boiczar

1º PRESIDENTE DO INTERIOR

O juiz José Rodrigues Arimatéa foi eleito no último dia 11/2 o novo presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Apamagis. Além dele, foram eleitos vice-presidente o desembargador Carlos Fonseca Monnerat e secretária a juíza Maria de Fátima S. Gomes. Os mandatos têm duração de um ano. Esta é a primeira vez que um juiz que atua no Interior paulista assume a presidência do Conselho.

BOLSAS DE ESTUDOS

A Apamagis sorteou bolsas de estudos internacionais para Harvard University; para curso promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) em parceria com a Sapienza Università de Roma; e para a California Western School of Law, também parceria com a ENM.



Assessoria de Imprensa/AMB

REUNIÕES EM BRASÍLIA

Fernando Bartoletti participou de reuniões em fevereiro com o presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli (em conjunto com a AMB e representantes de associações estaduais), com o corregedor Nacional da Justiça, Humberto Martins, e com os conselheiros Arnaldo Hossepian e André Godinho. Em todas as reuniões, foram debatidas questões relativas à carreira e à defesa das prerrogativas dos magistrados.



Karin Hetschko

FONAVID SERÁ EM SÃO PAULO

O presidente do Fórum Nacional de Juizes e Juizas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid), Ariel Nicolai Cesa Dias, e Mário Rubens Assumpção Filho, do Comitê Executivo, se reuniram com o presidente da Apamagis, Fernando Bartoletti, e com a conselheira da entidade Maria Domitila Prado Manssur, para tratar da realização do XI Fonavid. O fórum será em São Paulo, em novembro, com apoio da Apamagis e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).



Arquivo pessoal

SELEÇÃO DE BASQUETE

A Apamagis cedeu o uso da quadra poliesportiva da sede social para a Seleção Brasileira de Basquete e a Seleção de Basquete sub-18 se prepararem para os jogos do Desafio de Basquete 3 x 3. A competição internacional foi realizada entre os dias 9 e 10 de fevereiro em São Paulo.



Alexandre Boiczar

SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

O presidente Fernando Bartoletti participou no dia 26/2 da gravação do programa de TV *Segurança Pública em Debate*, na sede da Associação Paulista de Imprensa, na capital paulista. Ao lado da presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Raquel Kobashi Gallinati, e do apresentador Adriano Moneta, Bartoletti falou sobre a importância da estruturação e instrumentalização do serviço público para a oferta de um atendimento de qualidade à população. A entrevista foi veiculada, em março, em diversos canais comunitários de televisão na capital e principais cidades do Estado.



Alexandre Boiczar

CCH OFERECE MAIS SERVIÇOS DE SAÚDE

Associados inscritos na Caixa de Assistência Médica e Hospitalar dos Magistrados (CCH) terão direito a 20 sessões de fisioterapia, mediante pedido médico, limitado a R\$ 4 mil por ano. A mesma regra e valor valem para sessões de acupuntura. A aquisição de aparelhos auditivos externos, com pedido médico, será limitada a R\$ 7,5 mil por unidade e as vacinas não disponibilizadas pela rede pública poderão ser obtidas mediante pedido médico. Além disso, recém-nascidos devem ser inscritos na CCH até 30 dias após o nascimento para isenção de carência. Tudo aprovado em assembleia, sem aumento na mensalidade.



Jessica Boiczar

CONVÊNIOS DE TURISMO

Este ano, o Departamento de Turismo da Apamagis firmou convênio com a Operadora Transeuropa, que garante atendimento personalizado e tarifas vantajosas. Outro convênio foi fechado com o Lake Vilas Charm, Hotel & Spa, em Amparo, onde o associado tem desconto de 10% no valor das diárias. Estuda-se ainda a possibilidade de um convênio com HT Motos, especializada em turismo para motociclistas, e com a NossoVerde Turismo, que trabalha com destinos nacionais e internacionais.



Karin Hetschko

BOAS-VINDAS

A Apamagis convidou os juízes aprovados pelo 187º concurso para um churrasco, após a conclusão do Curso de Formação Inicial, da Escola Paulista da Magistratura. Foram três meses de estudos, nos quais 78 novos juízes paulistas realizaram atividades envolvendo prolação de sentenças, audiências de custódia e atuaram, com supervisão, em foros regionais nas esferas Cível, Criminal e da Fazenda Pública. Os novos magistrados foram recepcionados pela 1ª vice-presidente da Apamagis, Vanessa Ribeiro Mateus.

VISITAS DA APAMAGIS...



Karin Hetschko

O presidente da Apamagis visitou o secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Paulo Dimas, no dia 31/1. Na oportunidade, Bartoletti desejou ao secretário uma ótima condução dos trabalhos à frente da pasta ao longo dos próximos quatro anos.



Alexandre Boiczar

No dia 15/03, Bartoletti foi recebido pelo presidente do TJM de São Paulo, Paulo Prazak. Presentes também o vice-presidente do TJM, Orlando Geraldi, os juízes militares Silvio Oyama, Fernando Pereira e Paulo Casseb, os juízes de Direito Ronaldo João Roth, Lauro Escobar, Marcos Theodoro e Dalton Safi, o corregedor-geral do TJM, juiz Avivaldi Nogueira Jr. e o coronel Antonio Augusto Neves, diretor do Departamento de Segurança dos Associados da Apamagis.

... E NA APAMAGIS



Alexandre Boiczar

Fernando Bartoletti recebeu no dia 21/2 o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes. Participaram também da visita o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Jayme de Oliveira, o coordenador de Justiça Estadual da AMB, Frederico Mendes Jr, e o desembargador Octavio Bocarrine, do TJMG.



Paulo Prazak, presidente (*centro*), firmou o compromisso com Carlo Linkevieius, da Rede Brasil do Pacto Global (*à esquerda*), e Orlando Geraldi, vice

TJM ASSINA ADESÃO AO PACTO GLOBAL DA ONU

A iniciativa trará economia ao Tribunal e conscientização sobre práticas sustentáveis

▶ **MARCOS BURGHI,**
DA REPORTAGEM LOCAL

O Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, que trata de apoio aos dez princípios condutores relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Eles serão objeto de ações e comprometimento da Corte para os próximos anos (*veja quadro ao lado*).

A partir desse compromisso, o TJMSp será um difusor de boas práticas e atitudes responsáveis para uma sociedade mais justa, como exige a sociedade moderna.

O documento foi assinado pelo presidente da Corte, Paulo Prazak; pelo secretário executivo da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, Carlo Linkevieius Pereira; pelo vice-presidente do TJM, juiz Orlando Eduardo

Geraldi, e pelos juízes Avivaldi Nogueira Júnior (corregedor-geral), Clovis Santinon e Silvio Oyama.

O engajamento dos servidores e prestadores de serviços é essencial para o sucesso do compromisso, e o trabalho já surtiu efeito positivo, pois todos estão conscientes e transformaram-se em verdadeiros guardiões de práticas sustentáveis.

A ação, além de representar economia financeira para o Tribunal, retira mensalmente do meio ambiente mais de 10 mil copos e garrafas plásticas.

Segundo dados da ONU, o plástico leva centenas de anos para se decompor, e a estimativa é de que existam mais de cinco trilhões de pedaços de plástico flutuando nos mares. No ambiente sólido, esse material afeta plantas e animais, por ser derivado do petróleo.

OS DEZ PRINCÍPIOS

- Respeitar e apoiar os Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência
- Assegurar a não participação em violações dos Direitos Humanos
- Apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva
- Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório
- Erradicar todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva
- Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego
- Assumir práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais
- Desenvolver iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental
- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis
- Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno



Deputado Augusto Coutinho

OUTRAS MUDANÇAS

A lei, originária de projeto do deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), também alterou dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O § único do artigo 391-A estendeu ao empregado com a guarda provisória para fins de adoção o direito à estabilidade. Já o artigo 392-A assegurou licença maternidade e o 396, direito à amamentação à empregada que adota, ambos como é dado à mãe biológica.

Na avaliação do parlamentar, um dos pontos positivos da Lei da Adoção é a concessão da preferência na “fila” para famílias interessadas em adotar grupos de irmãos ou crianças. Adolescentes com deficiência, doença crônica ou necessidades específicas também passaram a ter prioridade.

Coutinho ressalta, ainda, que recém-nascidos e crianças não procuradas por suas famílias no prazo de 30 dias passam a ser incluídas no Cadastro Nacional de Adoção. Além disso, a lei prevê que a reavaliação da situação de crianças e adolescentes, cadastrados nos programas de acolhimento familiar e institucional, seja feita a cada três meses. E definiu que o não comparecimento de pais e representante familiar em audiência para discutir a guarda de crianças em abrigos poderá acarretar decisão judicial para que estejam aptos à adoção. Outra novidade: maiores de 18 anos, não inscritos em cadastros de adoção, podem participar do programa de apadrinhamento afetivo.



MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

Vice-coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o desembargador Reinaldo Cintra Torres de Carvalho analisa algumas inovações aplicadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei 13.509, para acelerar o processo de destituição do poder familiar e de adoção, a fim de criar figuras legais para aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Uma delas, positiva, é a que assegura à mãe adolescente o direito de conviver com o filho, quando ela se encontrar em situação de acolhimento familiar, conforme o § 5º do artigo 19.

Outro aspecto da lei, promulgada em novembro de 2017, que merece destaque, segundo o desembargador, é o trecho que oficializa a prática do apadrinhamento afetivo, sem o intuito de adotar, apenas manter vínculo afetivo com crianças acolhidas, dando a elas a oportunidade de convivência fora da instituição e terem alguém como referência.

O apadrinhamento está regulamentado de duas formas: o material, no qual o



Desembargador Reinaldo Cintra T. de Carvalho

padrinho arca financeiramente com necessidades do apadrinhado, não supridas pelo Estado ou pela instituição, e o de serviço, quando algum profissional, dentro de sua área de conhecimento, assiste o acolhido. “Tais formas também podem ser feitas por pessoas jurídicas.”

O desembargador ainda aponta como aspecto favorável o § 2º do artigo 152, sobre a definição da contagem de prazos, que deve ser em dias corridos, e não em dias úteis, e a definição do prazo para arrependimento dos pais biológicos em relação à entrega voluntária da criança para adoção: “O § 5º do artigo 166 fixou o período de dez dias após a decisão que extingue o poder familiar. Foi um importante avanço para a garantia de direitos de crianças e adolescentes”.



ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO

ASSISTE EX-DESENTOS NO INTERIOR

A entidade tem 434 egressos do sistema prisional cadastrados, sendo que 398 já conseguiram trabalho

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

Diretor-adjunto do Departamento Cultural da Apamagis, o juiz André Luiz de Macedo, da comarca de São Carlos, reserva parte de seu tempo para atuar na Associação Bom Samaritano, entidade criada pela Pastoral Carcerária, da cidade, que busca alternativas para a ressocialização de egressos do sistema prisional, a fim de evitar a reincidência.

Com apoio do Judiciário, que destina valores das penas de prestação pecuniária, a entidade tem, hoje, 434 egressos cadastrados, além de familiares, dos quais 398 conseguiram recolocação no mercado de trabalho.

De acordo com o magistrado, a associação está aberta a todo ex-detento, para auxiliá-lo no recomeço após o cumprimento da pena. “Daí o sucesso dos atendimentos, pois quem procura a entidade demonstra, desde o início, o propósito de retomar o trabalho e buscar alternativa para reinserção na comunidade”, afirma Macedo. Bom Samaritano também auxilia no retorno à escola, no acompanhamento psicológico e no atendimento às necessidades básicas da família do egresso, a fim de reintegrá-lo à sociedade de maneira global.

Hoje a associação ampliou seu alcance e funciona também em Ribeirão Preto. Os interessados em ajudar as duas unidades, segundo o magistrado, podem fazê-lo por meio do trabalho voluntário, da formação de parcerias para buscar a ressocialização e também de doações.

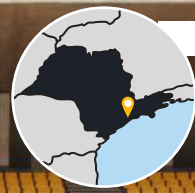
Criada em 2006, a entidade conta ainda com apoio do Executivo e do Legislativo municipais, da Diocese



local, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Fundo Social de São Carlos e da Fundação Volkswagen. Tem parceria com o Senai e com o Senac, que

oferecem aos atendidos cursos técnicos, qualificando-os para o trabalho.

Em 2011, a Associação Bom Samaritano venceu o IV Concurso Volkswagen, promovido pela Fundação da empresa na cidade.



"SUA QUE É SUA"

PROMOVE PROVAS DE ATLETISMO

Juiz coordena projeto de corridas de rua para crianças e jovens em situação de acolhimento

► **MARCOS BURGHI,**
DA REPORTAGEM LOCAL

Fazer do esporte um caminho para a inclusão social e para práticas saudáveis ao longo da vida. Esse é o principal objetivo do projeto "Sua que é Sua", coordenado pelo juiz Iberê de Castro Dias, que propicia a crianças e adolescentes de casas de acolhimento da Capital e de Guarulhos participação em provas de atletismo de rua.

O projeto surgiu em 2013 e tem como foco crianças a partir de três anos de idade e jovens com até 17 anos e 11 meses. Segundo Castro Dias, "várias dezenas de adolescentes" participaram de corridas nas quais o grupo tomou parte desde então. Em 2018, o projeto organizou e promoveu duas provas, que reuniram 700 competidores, todos inscritos no "Sua que é Sua".

De acordo com o magistrado, a escolha da corrida de rua se deu pelas características do esporte. "Lá, há milhares de pessoas que estão em condições absolutamente idênticas, ao menos naquele específico



*"O esporte é,
como cientificamente
comprovado, excelente
instrumento de combate
ao uso de álcool
e outras drogas"*

Iberê de Castro Dias,
Juiz em São Paulo

momento da largada. Terão que cumprir o mesmo trajeto. E ninguém conhece a pessoa que está a seu lado", diz. "Trata-se de um raro momento em que aqueles adolescentes não são olhados de soslaio, não sofrem discriminação por suas condições sociais", pontua Castro Dias.

Tais condições, aponta o juiz,

"revelaram-se altamente positivas para trabalhar autoestima, inclusão, percepção corporal". "O esporte é, como cientificamente comprovado, excelente instrumento de combate ao uso de álcool e outras drogas", lembra.

Embora o projeto tenha chegado ao sétimo ano de existência, Castro Dias afirma que ainda não há treinamentos regulares para as competições. Cada acolhido treina conforme suas condições. "Saem para correr pelos bairros em que vivem e praticam outras modalidades esportivas na escola e em outras instituições", diz. "Pretendemos iniciar treinamentos regulares no primeiro semestre de 2019."

Por isso, afirma, colaborações são bem-vindas. Quem quiser contribuir, seja com material esportivo ou mesmo no custeio dos treinamentos ou na organização de novas edições das provas de pista, pode entrar em contato com o magistrado pelo email iberedias@tjsp.jus.br.

30 ANOS

CURSO DE ATUALIZAÇÃO CULTURAL COMEMORA TRÊS DÉCADAS

Nesse período, alunas conquistaram emancipação, coragem e segurança para enfrentar qualquer situação

MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

O curso Dinâmica de Grupo e Atualização Cultural completa este ano três décadas de existência e vai comemorar em grande estilo, com um almoço na sede social da Apamagis, a princípio marcado para 23 de maio.

Promovido pela psicóloga clínica Neyde Paoletti Martins Costa e pela advogada Marília Ney Neves Martins Motta desde 1989, sempre com aulas na sede social, o curso foi criado para as associadas da Apamagis e suas convidadas. Segundo as coordenadoras, o objetivo é proporcionar às participantes melhor conhecimento de sua condição de mulher, por meio de aulas expositivas, dinâmicas de grupo, palestras e debates sobre temas atuais e relevantes ao público feminino, que deseja se conhecer melhor para um “crescimento pleno”.

“Em três décadas de atuação, destacamos a emancipação, a coragem e a segurança de nossas alunas, conquistas que as tornaram aptas a enfrentar quaisquer situações”, ressaltam as coordenadoras.

Nas aulas semanais, são abordados temas relacionados à Psicologia, com foco em problemas cotidianos,



Fotos: Arquivo pessoal



Sede social recebe o curso tradicional; em maio, Marília Ney Motta (à esq.) e Neyde Paoletti comemoram com convidadas

relacionamentos interpessoais, resolução de conflitos, além de vivências por meio de dinâmicas familiares, sociais e profissionais. Fazem parte da programação, ainda, idas a restaurantes, teatros, cinemas e atividades culturais em geral.

No dia 12 de março teve início mais uma edição do curso Dinâmica de Grupo e Atualização Cultural, com aulas sempre às terças, quartas e quintas-feiras, das 14h às 16h. Mais informações pelos telefones (11) 5574-5399, (11) 99970-2388 e (11) 99616-6773.

CELEBRAÇÃO

Juízes aprovados no 155º Concurso de Ingresso na Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo completam 30 anos de carreira em 2019. A comemoração aconteceu na sede social da Apamagis, no dia 31 de janeiro, quando dezenas de magistrados estiveram reunidos com seus familiares para celebrar a data.



Arquivo pessoal

CONHEÇA HISTÓRIAS E LENDAS DA IRLANDA

Roteiro leva turistas a castelos magníficos, alguns erguidos por vikings, e a belezas naturais encantadoras



ATRAÇÕES CONTEMPLADAS NO ROTEIRO:

CASTELO DE BLARNEY

Construído em 1446, leva em seu topo a Pedra da Eloquência. De acordo com a tradição, visitantes que beijem a pedra ganham o dom da eloquência.

MUCKROSS PARK HOTEL & SPA

Adaptado em um castelo de 1795, está localizado no Parque Nacional de Killarney e tem como marcas indelévels o requinte e a elegância.

ADARE MANOR

Uma mansão instalada às margens do rio Maigue na aldeia de Adare, Condado de Limerick, antiga sede do Conde de Dunraven e Mount-Earl. A residência atual foi construída no início do século XIX, embora mantenha algumas das estruturas do século XVII. Fundado por vikings às margens do Rio Shannon, o condado abriga imponente castelo erguido pelo rei João, em 1200, e a Catedral de Santa Maria, entre outras atrações.

HOTEL CASTELO DE ASHFORD

Datado de 1228, tem área de 141 mil m², às margens do Lago Corrib. Ao se hospedar no hotel, o turista sente-se em um cenário medieval, com decorações exclusivas nos vários ambientes e quartos. As armaduras que enfeitam corredores são atração à parte.



MARCOS BURGHI,
DA REPORTAGEM LOCAL

Desfrutar das belezas de castelos preservados ao longo dos séculos com o conforto e a comodidade dos dias atuais? Sim, é possível. Uma das possibilidades desta combinação está no roteiro de castelos hotéis da Irlanda. A viagem, com duração de 14 dias e 13

noites, permitirá ao turista conhecer a cultura e aproveitar belezas naturais em encantadores vilarejos, rodeados de paisagens deslumbrantes, repletas de lendas e histórias. Para obter confirmação de datas e preços atualizados consulte www.queensberry.com.br.

O GLORIOSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SP

ALEXANDRE GERMANO
DESEMBARGADOR



Palavras inúteis. Em boa redação, eliminam-se palavras inúteis.

1) Deve-se dizer e escrever: o Tribunal de Justiça de São Paulo; nunca o *Tribunal de Justiça do ESTADO de São Paulo*. A razão é óbvia: é privativo de cada Estado brasileiro ter um Tribunal de Justiça, assim como uma Assembleia Legislativa e um governador. Portanto, não é preciso dizer “do Estado”. Assim, dizemos o Tribunal de Justiça da Bahia, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o de Goiás e o do Amazonas; também: a Assembleia Legislativa do Paraná (não *do Estado do Paraná*), o governador de Santa Catarina (não *o governador do Estado de SC*) etc. Por que só em São Paulo tem de ser “do Estado”? Isso foi invenção de burocratas pseudo-eruditos e de assessores idem. Mas o vício é contagiante, o erro também. Faço-lhes, então, um apelo: se puderem, se não lhes for muito incômodo, falem e escrevam sempre, como se deve: o Tribunal de Justiça de São Paulo. Assim como: Assembleia Legislativa de São Paulo e governador de São Paulo. Obrigado!

2) Outras palavras inúteis, que não devem ser faladas nem escritas: vou a Campinas (não *à cidade de Campinas*); estive em Santos (não *na cidade de Santos*); em março vou tirar férias (não *no mês de março*); no ano passado não gozei férias (não *no ano PRÓXIMO passado não gozei MINHAS férias*); no ano que vem, vou comprar apartamento em Pinheiros (não *no ano próximo FUTURO vou comprar O MEU apartamento NO BAIRRO DE Pinheiros*); ontem não fui trabalhar (não *NO DIA DE ontem EU não fui trabalhar*); o Corinthians fez uma grande partida (não *o TIME DO Corinthians...*).

3) Também devem ser evitados modismos e expressões inúteis: *Vale lembrar que - Por outro lado - Concluindo, em apertada síntese - Salvo melhor juízo - Com as vênias de estilo - Data maxima venia - O eminente e preclaro ministro.*

4) Não usar palavras longas, sobretudo advérbios em “mente”, que enfeiam o texto: *O réu não disse absolutamente nada* (basta: o réu não disse

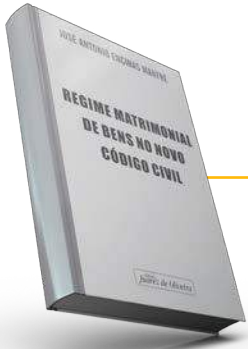
nada); *seguramente vou comparecer* (basta: vou comparecer); *As provas dos autos indubitavelmente demonstram* (basta: as provas mostram, ou evidenciam, ou revelam); *a conduta do réu automaticamente induz à firme convicção de que ele pretendia perpetrar o seu intento criminoso* (basta: a conduta do réu revela que ele pretendia cometer o crime).

5) NUNCA revelar impressões pessoais e subjetivas: *Na minha modesta opinião, o caso é simples* (basta: o caso é simples); *tenho absoluta certeza de que as provas do processo são mais do que suficientes* (basta: as provas são suficientes...).

6) Por fim, em petições, arrazoados, sentenças e votos, NUNCA embutir ou inserir expressões, preces ou invocações religiosas, políticas ou clubistas como: *Deus é Fiel!* - *Em nome de Jesus - Deus nos abençoe!* - *Lula livre!* (que horror) - *saudações tricolores...*

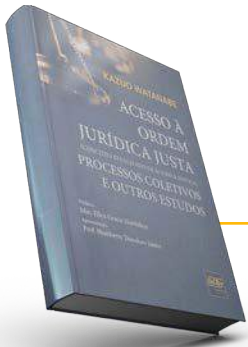
7) Boa redação não contém palavras inúteis.

A todos, paz e bem! Alegria!

**REGIME MATRIMONIAL DE BENS
NO NOVO CÓDIGO CIVIL****AUTOR:** José Antonio Encinas Manfré
EDITORA: Juarez de Oliveira

O prezado colega José Antonio Encinas Manfré nos brinda com esse livro, onde examina, cuidadosamente, o sistema do regime matrimonial de bens. Manfré, magistrado titular da 2ª Vara da Família e das Sucessões da Capital paulista, faz um estudo

cuidadoso do tema em 254 páginas. “O autor enfrenta todos os aspectos do regime matrimonial de bens à luz do novo Código Civil, partindo de sólidos pressupostos, tendo por guia autores nacionais e estrangeiros e por base dados jurisprudenciais bastantes expressivos”, destacou na apresentação da obra a ilustre doutora e mestre em Direito Maria Helena Diniz. O magistrado examina e enfrenta todas as dúvidas do novo regime matrimonial, tendo como apoio conceitos de brilhantes autores. Trata-se de um livro magnífico e de importante leitura.

**ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA
(CONCEITO ATUALIZADO DE ACESSO À JUSTIÇA)
– PROCESSOS COLETIVOS E OUTROS ESTUDOS****AUTOR:** Kazuo Watanabe
EDITORA: Del Rey

Recebi com alegria o novo livro de autoria do ilustre desembargador Kazuo Watanabe. Na obra, ele mostra em vários trabalhos jurídicos como deveriam ser

tratados os processos coletivos, examinados e solucionados para decisões certas e justas. O livro é esplêndido e soluciona inúmeros problemas jurídicos, tendo ele ainda, merecidamente, apreciações favoráveis de dois mestres, a ministra Ellen Gracie Norfleet e o professor Humberto Theodoro Júnior. O livro tem 420 páginas, nas quais são apresentados casos e soluções pelo ilustre autor. A obra é inteligente, cuidadosa, útil e necessária.

Junte-se a nós!

Unidos, construiremos uma Magistratura independente e forte.



Sede Social e Colônias de férias

Para mais informações acesse o site da APAMAGIS ou ligue (11) 3292-2200

Associe-se já!

**COTAR O
SEU SEGURO
AUTO COM A
MDS É SEMPRE
A MELHOR
DIREÇÃO.**

We
will be
there.

**LEVAMOS ATÉ VOCÊ AS MELHORES OPÇÕES DE SEGURO
PARA O SEU CARRO OU MOTO, COM 30% DE DESCONTO
PARA VOCÊ E SEUS DEPENDENTES.**

Tudo em parceria com as **melhores** seguradoras do mercado,
e com condições exclusivas! Quer saber mais? Procure-nos
e consulte como a MDS pode te ajudar a encontrar o seguro
que você sempre quis para o seu automóvel.

• **POSTO APAMAGIS** •

11 3104 2933 (São Paulo) • 0800 151 955 (Demais Localidades)

worksite.mdsinsure.com/apamagis/
apamagis@mdsinsure.com



APAMAGIS

MDS

Global
Insurance & Risk
Consultants

Tribuna da
Magistratura

MOBILIZAÇÃO

